

- 1- ATAS
 - 1.1- 29ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 20ª Reunião Extraordinária
 - 1.3- Reuniões de Comissões
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 5- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
 - 6- ERRATAS
-
-

ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30 DE JUNHO DE 1995

Presidência do Deputado Ermano Batista

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 341/95 - Projeto de Resolução nº 342/95 - Requerimentos do Deputado Romeu Queiroz (2) e da Comissão de Assuntos Municipais (2) - **Comunicações:** Comunicação da Deputada Maria Olívia - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Gilmar Machado, Paulo Piau e Marco Régis - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicação apresentada - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Bilac Pinto - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - João Leite - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Romeu Queiroz - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Ermano Batista) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **A Deputada Maria Olívia**, 1ª-Secretária "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, informando, em atenção ao Requerimento nº 195/95, do Deputado Jairo Ataíde, que a Secretaria da Fazenda está constituindo grupo de trabalho para examinar o tratamento fiscal relativo às

microempresas.

Do Sr. Darcy da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Caratinga, encaminhando cópia do Parecer nº 15/95, da Comissão Especial designada para estudar a anexação dos Distritos de Cordeiro de Minas e de São Cândido de Caratinga ao Município de Ipatinga, aprovado por unanimidade pelo Plenário daquela Casa. (-À Comissão de Assuntos Municipais.)

Dos Srs. Manoel Maria da Fonseca, Nilton Freire Sampaio, Hércio de Oliveira Quintão, Ildeu Alves Caetano, Francisco Ventura da Costa Marinho, Ilton Rosa de Freitas, José Nelino de Oliveira, Rudio Pipper e Moisés Machado, respectivamente, Prefeitos Municipais de Santa Rita do Ibitipoca, Aimorés, Ferros, Veríssimo, Pedra Dourada, Santa Rita de Minas, Olaria, Itueta e Jacutinga; Alcindo Garcia Leonel, José Carlos de Souza, Sandro Gomes de Mello, Hermano Lott de Andrade, Paulo Venturim, Darcy da Silveira e Joventino Antônio Custódio, respectivamente, Presidentes das Câmaras Municipais de Itapagipe, Além Paraíba, Poté, Açucena, Itueta, Caratinga e Conceição das Alagoas; Mauro Lúcio Pereira, Presidente do PMDB de Mantena e da Associação Comercial e Industrial de Mantena; Luís Carlos T. Silva, Presidente do Lions Clube de Conselheiro Pena; Adolfo Correa de Faria, Presidente do Rotary Clube Caratinga Leste; do Presidente da Cooperativa Agropecuária Ltda. de Lima Duarte; Armando de Assis, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Caratinga Ltda.; José Benedito da Silva, Presidente do Clube do Cavalo de Timóteo; Jurandir da Rocha, Presidente do Sindicato Rural de Aimorés; João Ernesto de Oliveira, da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Vigilantes da Ordem; Wilton Felisbino Teixeira, Venerável Mestre da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Templários de Salomão nº 159, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 285/95 na forma proposta. (-Anexe-se ao Projeto de Lei nº 285/95.)

Do Sr. Antônio Generoso Filho, Juiz de Direito Substituto, solicitando informações sobre a Lei nº 11.432.

TELEGRAMAS

Do Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado (3), comunicando, em atenção a requerimentos dos Deputados Paulo Piau, Sebastião Costa e Kemil Kumaira, que os pedidos foram encaminhados à UEMG, à PMMG e à Secretaria da Fazenda, respectivamente, para exame.

Do Sr. Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, agradecendo convite para comparecer à reunião especial em homenagem ao centenário de nascimento do engenheiro siderurgista Louis Ensck.

CARTÕES

Dos Srs. Sebastião Rosenberg, Presidente do TRE-MG, e Maurício Brandi Aleixo, Conselheiro do Tribunal de Contas, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Sr. Celso Mello de Azevedo.

Do Sr. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, agradecendo o convite para participar da etapa do Ciclo Nacional de Debates sobre política de juros e estabilidade econômica.

Dos Srs. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas; Sílvio Mitre, Secretário de Habitação, e Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração do centenário de nascimento do engenheiro siderurgista Louis Ensck.

Dos Srs. José Ferraz, Secretário do Trabalho, e João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação, agradecendo o convite para a reunião de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal.

Do Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB, seção de Minas Gerais, agradecendo o envio da publicação "Deputados Mineiros".

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 342/95

- O Projeto de Resolução nº 342/95 foi publicado na edição de 1º/7/95.

PROJETO DE LEI Nº 341/95

Declara de utilidade pública o Conselho Particular Vicentino São Gonçalo, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Particular Vicentino São Gonçalo, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Maria José Hauelsen

Justificação: A filantropia é uma prática que, graças às pessoas dotadas de espírito

caritativo, vem se expandindo através de várias entidades que a ela se dedicam.

O Conselho Particular Vicentino São Gonçalo foi instituído com a finalidade de bem servir à pobreza desassistida, prestando socorro espiritual e material a todos aqueles que o procuram.

Os moradores da cidade de Contagem foram agraciados com a instalação dessa benemérita instituição, que exerce um verdadeiro apostolado, levando solidariedade às pessoas necessitadas de amparo.

Sua obra é meritória e de longo alcance social, pois mantém acesa a chama do amor, representada pela adesão e simpatia de todos os seus colaboradores.

Por ser uma entidade do mais elevado conceito, que tem realizado um trabalho voltado para a solidariedade humana, certamente terá o reconhecimento dos nobres colegas para que seja declarada de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Do Deputado Romeu Queiroz (2), solicitando que o Projeto de Lei nº 260/95 seja apreciado em reunião conjunta e que seja atribuído regime de urgência à referida proposição.

- Os requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (2) foram publicados na edição de 1º/7/95.

COMUNICAÇÕES

- É, também, encaminhada à Mesa comunicação da Deputada Maria Olívia.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Gilmar Machado, Paulo Piau e Marco Régis proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente- Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Deputada Maria Olívia - falecimento do Sr. Diniz Mateus Borges, em Lagoa da Prata (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 3, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 28 DE JUNHO DE 1995

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (8); aprovação - **2ª Fase:** Discussão e votação de proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 46/95; designação de relator; emissão de parecer oral; encerramento da discussão; aprovação - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 7, 94 e 110/95; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 118/95; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3; - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 251/95; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/95; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros -

Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

1ª Fase

Requerimentos

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (8), contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Santa Cruz de Minas, no Município de Tiradentes; de São Sebastião da Vargem Alegre, no Município de Mirai; de Pedra Menina, no Município de Rio Vermelho; de Estêvão de Araújo, no Município de Araponga; de Queixada, no Município de Novo Cruzeiro; de Quem-Quem e Barreiro da Raiz, no Município de Janaúba; de Ponto do Marambaia e Maranhão, no Município de Carai; e de Crisólia e São José do Mato Dentro, no Município de Ouro Fino (Oficie-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Esgotada a matéria destinada à 1ª fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 46/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 2.234/94, do ex-Deputado Antônio Fuzatto), que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Resende Costa. Incluído em ordem do dia, observado o disposto no art. 141 do Regimento Interno. A Presidência vai designar relator o Deputado Marco Régis para emitir parecer sobre o projeto, nos termos do § 2º do art. 147 do Regimento Interno. A Presidência indaga ao relator se se encontra em condições de emitir o seu parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Marco Régis - Perfeitamente, Sr. Presidente, temos condições de apresentar o nosso trabalho. (- Lê:)

"PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 46/95

Relatório

De autoria do Deputado Marcos Helênio, o projeto de lei em análise autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Resende Costa.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 16/3/95, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que perderam prazo para emitir parecer.

Compete-nos, agora, por força de requerimento do Deputado Marcos Helênio, emitir parecer sobre a matéria, nos termos do art. 147, § 1º, do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata-se de doação de imóvel pertencente ao Poder Executivo estadual para o Município de Resende Costa, com a finalidade de se utilizar o referido terreno para a ampliação de escola municipal existente em imóvel limítrofe.

Com efeito, temos conhecimento de que a Prefeitura Municipal de Resende Costa tem desenvolvido relevante projeto educacional na escola em questão, já possuindo recursos para a sua ampliação, dependendo, contudo, da doação ora apreciada.

A matéria insere-se no âmbito da competência do Estado, cabendo à Assembléia Legislativa, como está estabelecido no art. 61, XV, da Constituição do Estado, sua apreciação, a fim de que seja consignada a autorização legislativa que cogita o art. 18, "caput", do citado Diploma.

Observamos, pois, que o projeto em exame visa a atender aos aludidos dispositivos constitucionais, inexistindo óbice de natureza constitucional a ele pertinente.

Ressalte-se, ainda, que o projeto de lei em estudo contém menção clara e expressa da área a ser doada, bem como o indispensável dispositivo de reversibilidade.

A análise de mérito nos revela, a seu tempo, o louvável escopo contido na proposta, uma vez que, como se depreende da própria redação do projeto, o interesse envolvido é a melhoria das condições da educação oferecida a determinada população rural do

Município de Resende Costa.

Esclarece-nos, por sua vez, a Secretaria de Recursos Humanos e Administração que não há nenhum interesse do Executivo estadual pelo sobredito imóvel, especialmente da parte da Secretaria de Agricultura, sob cuja responsabilidade estava a posse. Manifesta-se o Secretário de Administração nos seguintes termos:

"Ante o exposto e após análise técnica do processo pela Superintendência Central de Bens Imóveis, bem como a destinação, segundo o projeto de lei, versar sobre ampliação de escola municipal que funciona em terreno anexo, cumprindo, assim, o que foi determinado na escritura, esta Pasta coloca-se de acordo que se efetue a respectiva doação".

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, por sua vez, comprovamos a ausência de impedimento para a aprovação do projeto, já que não acarretará despesa para o Estado. A iniciativa vem, em verdade, resgatar para uma atividade socialmente significativa um espaço potencialmente produtivo, em que o Estado se revelou impotente para efetivar qualquer empreendimento. A doação possibilitará, portanto, gestão do mencionado terreno com vistas a uma finalidade determinada, específica e necessária, inserindo-se no campo das medidas destinadas à racionalização do uso da coisa pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/95 no 1º turno, na forma original em que foi apresentado.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 1995.

Marco Régis, relator."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos um documento, em cópia xérox, datado de 15/2/95, e assinado pelo Secretário de Recursos Humanos e Administração, Sr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira, que gostaria de ler: (- Lê:)

"Sr. Secretário,

Em aditamento ao Ofício GAB/SCBI/DCI/880/94, datado de 24/11/94, cumpre-me esclarecer a V. Exa. que tendo sido consultada a Secretaria de Estado de Agricultura, esta não manifestou nenhum interesse pelo imóvel em questão.

Ante o exposto e após análise técnica do processo pela Superintendência Central de Bens Imóveis, bem como a destinação, segundo o projeto de lei, versar sobre ampliação de escola municipal que funciona em terreno anexo, cumprindo, assim, o que foi determinado na escritura, esta Pasta coloca-se de acordo que se efetue a respectiva doação.

Ao ensejo, expressei protestos de consideração e estima".

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 7/95, da Deputada Maria José Haueisen, que concede desconto a alunos matriculados na rede particular de ensino (À Comissão de Educação.); 94/95, do Deputado Raul Lima Neto, que declara de proteção ambiental áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica do rio Pandeiros (À Comissão de Fiscalização Financeira.); e 110/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos (ex-Projeto de Lei nº 1.523/93), que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado (À Comissão de Fiscalização Financeira.).

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 118/95, do Deputado Wanderley Ávila (ex-Projeto de Lei nº 2.120/94, do Deputado José Militão), que declara a serra do Lopo, localizada no Município de Extrema, como área de preservação ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 118/95 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Meio Ambiente.

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado, na forma regimental, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 251/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jacinto (À Comissão de Fiscalização Financeira.).

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/95, do Deputado Gilmar Machado, que cria a área de preservação permanente da bacia hidrográfica do rio Uberabinha. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se

encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 15/95 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de amanhã, dia 29, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa, na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A PROSTITUIÇÃO INFANTIL NA REGIÃO NORTE DE MINAS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Maria Olívia, Miguel Martini, Durval Ângelo e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão supracitada. Verificada a ausência do Presidente, Deputado Antônio Andrade, o Vice-Presidente, Deputado Miguel Martini, assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão e indaga aos membros se há sugestões a serem feitas. Fica definido o cronograma da viagem a ser realizada a Montes Claros e Janaúba. O Deputado Dimas Rodrigues sugere que as reuniões nesses municípios sejam realizadas, em Janaúba, no Hotel Gorotuba e, em Montes Claros, no Hotel Monte Rey, proposta acatada por todos. O mesmo Deputado apresenta requerimento em que solicita sejam ouvidos em Janaúba os Srs. Carlos Judson Marques, Gilmar Clemente, Raimundo Nonato e Adalberto Caldeiras Campos, o Major Ivanir Celso Orlando, as Sras. Maria Inês Rodrigues de Souza e Conceição Machado Maciel Menezes, a Irmã Durvalina Tavares Pereira, o Pe. Henrique Alves de Oliveira Filho e o Pastor Waldiney Pedro. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1995.

Antônio Andrade, Presidente - Durval Ângelo - Marcelo Gonçalves - Dimas Rodrigues - Miguel Martini.

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Marcelo Gonçalves, Dílzon Melo (substituindo este ao Deputado Simão Pedro Toledo, por indicação da Liderança do PTB) e Jorge Hannas (substituindo o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, José Henrique, Clêuber Carneiro (substituindo este ao Deputado Jairo Ataíde, por indicação da Liderança do PFL) e Gilmar Machado (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Administração Pública; e Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Gilmar Machado e Antônio Roberto (substituindo este ao Deputado Geraldo Rezende, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos, informa que a reunião se destina a dar prosseguimento à apreciação dos pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências, e solicita ao Deputado Dílzon Melo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que na última reunião foi concedida vista da matéria ao Deputado Durval Ângelo e dá prosseguimento à discussão do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase

de discussão, o Deputado Gilmar Machado faz algumas perguntas, que são respondidas pelo Deputado Romeu Queiroz. Submetido a votação, é o parecer aprovado. A seguir, a Presidência, na ausência do Deputado Arnaldo Penna, relator pela Comissão de Administração Pública, redistribui a matéria ao Deputado Cléuber Carneiro, que emite parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 219/95 com a Emenda nº 1. Na fase de discussão, o Deputado Gilmar Machado indaga do relator sobre a possibilidade de redução do prazo mencionado na Emenda nº 1 para 12 meses, oportunidade em que o relator informa que essa redução seria impossível, por acarretar vários desdobramentos dos prazos previstos no projeto. O Deputado Gilmar Machado apresenta subemenda à Emenda nº 1, do relator. Submetido a votação, o parecer, salvo subemenda do Deputado Gilmar Machado, é aprovado, com o voto contrário do Deputado Gilmar Machado. Submetida a votação a subemenda do Deputado Gilmar Machado é rejeitada. A seguir, a Presidência, na ausência do Deputado Miguel Martini, relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, redistribui a matéria ao Deputado Romeu Queiroz, que emite parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 219/95 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião e nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Jorge Hannas - Anivaldo Coelho - Cléuber Carneiro - Álvaro Antônio - João Leite - Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Miguel Martini.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, João Leite e Elbe Brandão (substituindo os dois últimos, respectivamente, aos Deputados Miguel Martini e Alencar da Silveira Júnior, por indicação das Lideranças do PSDB e do PDT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental e verificada a ausência do Presidente, Deputado Miguel Martini, o Vice-Presidente, Deputado Romeu Queiroz, assume a Presidência dos trabalhos e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia. Na ausência do Deputado Glycon Terra Pinto, relator do Projeto de Lei nº 94/95, o Presidente procede à leitura do parecer desse relator, que opina pela aprovação do projeto. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Presidente redistribui ao Deputado João Leite o Projeto de Lei nº 110/95 e à Deputada Elbe Brandão o Projeto de Lei nº 251/95, e distribui ao Deputado Geraldo Rezende o Projeto de Lei nº 199/95. Com a palavra, o Deputado João Leite emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Logo após, o Deputado Geraldo Rezende procede à leitura do seu parecer, o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 199/95 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Com relação ao Projeto de Lei nº 251/95, a Deputada Elbe Brandão faz a leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Devido à ausência do Deputado Miguel Martini, relator do Ofício nº 2/95, designado nos termos do art. 135, § 1º, do Regimento Interno, o Presidente procede à leitura do parecer, mediante o qual o relator conclui pela aprovação da matéria na forma do projeto de resolução apresentado. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Em seguida, passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Na ausência do Deputado Glycon Terra Pinto, relator do Requerimento nº 198/95, o Deputado Geraldo Rezende procede à leitura do parecer desse parlamentar, que opina pela rejeição do requerimento. Colocado em discussão e votação, é aprovada a proposição. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Alencar da Silveira Júnior - Ronaldo Vasconcellos - Geraldo Rezende - Leonídio Bouças.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas e quinze minutos do dia sete de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Paulo Schettino (substituindo este ao Deputado Miguel Barbosa, por indicação da Liderança do PTB), Antônio Roberto e José Braga, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir, o Presidente lê a seguinte correspondência: do Secretário da Segurança Pública - em

resposta à solicitação do Vereador José Sebastião de Araújo, de Divisa Nova de Minas, feita por intermédio desta Comissão, informando que determinou fosse realizada a sindicância, coordenada pela Superintendência Regional de Segurança Pública - SESP-MG, e que, segundo as informações fornecidas pelo referido órgão, não ficou confirmada a prática de arbitrariedades, por parte de policiais civis, contra a pessoa do cidadão Domingos de Oliveira; da Associação dos Engenheiros da Viação Férrea Centro Oeste - manifestando apoio às emendas à Constituição que o Congresso está realizando; da Associação dos Cabos e Soldados da PMMG - solicitando apoio da comissão para fortalecer o movimento da Associação e garantir o direito de se organizarem. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade ouvir os seguintes convidados: Cel. Walter Lucas, Relações Públicas da Polícia Militar de Minas Gerais; Dr. Edvaldo Brandão, Superintendente da Polícia Metropolitana de Minas Gerais, e Sr. Euclides Guimarães Neto, sociólogo e professor da PUC-MG, sobre a violência nos estádios de futebol. Ato contínuo, convida-os para tomarem assento à mesa. O Cel. Walter Lucas discorre sobre as medidas preventivas para manter o policiamento nos estádios de futebol e garantir a segurança dos torcedores. O sociólogo, Sr. Euclides, aponta a fragmentação cultural e a deterioração dos valores da cidadania nas sociedades contemporâneas como causas de abusos cometidos pelos torcedores. Ressalta, ainda, que as situações em que o indivíduo se encontra diluído em uma massa de pessoas acabam favorecendo o despertar do seu lado selvagem. Foram sugeridas campanhas educativas de conscientização dos torcedores. Participaram dos debates os Srs. Luiz Chaves, Chefe de Esporte da Rádio Inconfidência; Carlos Valadares, representando o Presidente do Clube Atlético Mineiro; Wilson Piazza, Diretor-Geral da ADEMG; Alessandro Carneiro, Presidente da torcida "Raposões da Fiel"; Antônio de Pádua Nicácio, irmão da vítima Vicente de Paula; Aloízio Nogueira da Silva, representando a torcida organizada "Mancha Azul"; Luiz Viana David, Presidente da Liga de Futebol Amador de Pará de Minas; Cel. Josevan Gonçalves, Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar; Ivan Drumond, jornalista do jornal "Estado de Minas"; Luiz Chaves, jornalista da Rádio Inconfidência; Alessandro Dias Guimarães, Presidente da Galoucura; Maurício Otávio Parreira da Paz, representante da Máfia Azul; Geraldo Henrique Gonçalves, representando a Torcida Jovem, e José Samuel de Oliveira Reis. A Presidência informa que vai estudar junto com a assessoria a possibilidade de a Comissão apresentar um projeto de lei proibindo o uso de bebidas alcoólicas nos estádios. A seguir, o Presidente apresenta requerimento em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Esportes, Lazer e Turismo, visando à viabilização de campanhas educacionais, com vistas a eliminar ou atenuar a violência em estádio de futebol. Na fase de votação, o Deputado Antônio Roberto assume a Presidência. Submetido a votação, é este requerimento aprovado. Ao retomar os trabalhos, o Presidente, Deputado João Leite, agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e das autoridades presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1995.

João Leite, Presidente - José Braga - Antônio Roberto - Leonídio Bouças.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A PROSTITUIÇÃO INFANTIL NA REGIÃO NORTE DE MINAS

Às nove horas do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se no Hotel Monte Rey, em Montes Claros, os Deputados Antônio Andrade, Dimas Rodrigues, Miguel Martini, Durval Ângelo e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão supracitada. Registra-se a presença do Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Andrade, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Durval Ângelo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Athos Aveline e Benedito Said, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, respectivamente. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Pedro Mameluque Mota, as Sras. Maria da Glória Caixeta Mameluque e Geralda de Fátima Lafetá Queiroz, D. Geraldo Majela de Castro, a Sra. Karin Liliane Emrich, os Srs. Egidevaldo Gomes Brito, Hiudeumar Gomes de Brito, João Xingó e Saulo Nogueira, a Sra. Marina Queiroz, a Irmã Mônica de Barros, o Sr. Gabriel Nascimento Vieira, a Sra. Edina Souza Ramos e o Pe. Tadeu de Carvalho. A Presidência passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues, autor do requerimento que deu origem à Comissão, e a seguir, ao relator desta, Deputado Durval Ângelo. Prosseguindo, o Presidente passa a ouvir os convidados e abre os debates. Fazem uso da palavra as Sras. Denise Veloso Pinto, Geralda de Fátima Lafetá Queiroz e Karin Liliane Emrich, o Sr. Pedro Mameluque Mota, a Sra. Maria da Glória Caixeta Mameluque, os Srs. Egidevaldo Gomes Brito e Hiudeumar Gomes de Brito, a Irmã Mônica de Barros, a Sra. Edina Souza Ramos e o Sr. Athos Aveline, que discorrem sobre o tema objeto dessa CPI. A Presidência passa a palavra aos Deputados Miguel Martini, Marcelo Gonçalves, Dimas Rodrigues e Gil Pereira para que façam suas considerações finais. Nada mais havendo a

ser tratado, o Presidente agradece a presença dos convidados e dos parlamentares presentes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Antônio Andrade, Presidente - Durval Ângelo - Marcelo Gonçalves - Dimas Rodrigues.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Glycon Terra Pinto, Marcos Helênio, Antônio Roberto e Ronaldo Vasconcellos (substituindo os dois últimos, respectivamente, aos Deputados Geraldo Rezende e Romeu Queiroz, por indicação das Lideranças do PMDB e do Bloco da Maioria), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, solicita ao Deputado Glycon Terra Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio, relator do Projeto de Lei nº 15/95, emite parecer mediante o qual opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Devido à ausência do Deputado Clêuber Carneiro, relator do Projeto de Lei nº 54/95, o Presidente passa à leitura do parecer desse parlamentar, o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, registra-se também a ausência do Deputado Romeu Queiroz, relator dos Projetos de Lei nºs 65 e 219/95. O Presidente procede à leitura dos pareceres desse parlamentar. Com relação ao Projeto de Lei nº 65/95, o relator apresenta solicitação de que seja a proposição baixada em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração. O Presidente defere o pedido do Deputado Romeu Queiroz e em seguida, passa à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 219/95, mediante o qual o relator opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Devido à ausência do Deputado Geraldo Rezende, relator do Projeto de Lei nº 27/95, designado nos termos do art. 135, § 1º, do Regimento Interno, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Glycon Terra Pinto. Logo após, o Deputado Glycon Terra Pinto procede à leitura dos pareceres sobre as matérias a ele distribuídas. Conclui pela aprovação dos projetos de Lei nºs 78/95, na forma do vencido no 1º turno; 21/95, na forma do Substitutivo nº 1, e 27/95, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 2 a 4, da Comissão de Meio Ambiente. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Logo após, o Presidente, Deputado Miguel Martini, relator do Ofício nº 2, do Tribunal de Contas, solicita regimentalmente a prorrogação de prazo para emissão do parecer. Em seguida, passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Registra-se a presença do Deputado Clêuber Carneiro. Com a palavra, o Deputado Glycon Terra Pinto, relator do Requerimento nº 198/95, solicita prazo regimental para emitir seu parecer, o que é deferido pela Presidência. O Presidente redistribui ao Deputado Marcos Helênio o Requerimento nº 433/95. O relator opina pela aprovação do requerimento. Submetida a votação, é aprovada a proposição. A seguir, o Presidente informa que se encontra sobre a mesa o Requerimento nº 215/95. Colocado em votação, é o requerimento aprovado, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Romeu Queiroz, Presidente - Elbe Brandão - Geraldo Rezende - Clêuber Carneiro - João Leite - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às dez horas do dia vinte de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anderson Aduato, João Leite e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão. É registrada, também, a presença dos Deputados Durval Ângelo, Almir Cardoso e Maria José Haueisen. Na ausência do Presidente, o Deputado Anderson Aduato assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Antônio Claret Fernandes, Carlos José Lessa da Cunha, Romeu Guimarães e a Sra. Inês Milanês, representantes da Escola Família Agrícola de Minas - AMEFA -, os quais irão discorrer sobre a metodologia da alternância, e os convida a tomar assento à mesa. Logo após, esclarece aos parlamentares presentes que serão apreciadas as matérias constantes na pauta. Com a palavra, os convidados esclarecem que o objetivo da metodologia da

alternância é permitir ao aluno filho de agricultor estudar e vivenciar aspectos ligados à sua realidade, sem comprometimento dos outros conteúdos exigidos no 1º grau, pois as escolas adotam modelo alternativo ao ensino tradicional no meio rural. Passa-se à fase de debates; participam todos os Deputados e convidados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos para que a Comissão agradeça a presença dos convidados. Reaberta a reunião, o Deputado Anderson Aduato lê os Ofícios nºs 40/95, do Deputado Durval Ângelo, encaminhando a ata da assembléia dos trabalhadores da educação do Município de Arinos e abaixo-assinado referente às diversas reivindicações dos trabalhadores; 92/95, enviado por um representante da regional sul do colegiado de Diretores, reivindicando a gratificação pró-labore, à qual eles têm direito por ocupar cargo de chefia, e ofício do Deputado Federal Maurício Requião, enviando documentos sobre o Fundo Rotativo, que tornou possível a transformação do gerenciamento escolar paranaense. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a discussão e votação as seguintes proposições, das quais ele é o relator: no 2º turno, Projetos de Lei nºs 31/95, com parecer favorável, e 180/95, com parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno; no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 161/95, com parecer favorável; 202 e 225/95, com parecer pela aprovação com emendas que receberam o nº 1. A seguir, submete, também, a discussão e votação os Projetos de Lei nºs 144/95, que recebeu do relator, Deputado João Leite, parecer favorável, e 187/95, que recebeu do relator, Deputado Gilmar Machado, parecer pela sua aprovação com a Emenda nº 1. Todos os projetos são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1995.

Gilmar Machado, Presidente - Arnaldo Penna - Geraldo Santanna - Almir Cardoso.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O MERCOSUL E SEU IMPACTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL EM MINAS GERAIS

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Kemil Kumaira, Alberto Pinto Coelho, José Maria Barros e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Kemil Kumaira, declara aberta a reunião e esclarece que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Alberto Pinto Coelho para atuar como escrutinador. Apurados os votos, é eleito Presidente o Deputado José Maria Barros, e Vice-Presidente o Deputado Alberto Pinto Coelho, ambos com quatro votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Kemil Kumaira convida o Deputado José Maria Barros a tomar assento à mesa e o empossa no cargo de Presidente. O Deputado José Maria Barros empossa o Deputado Alberto Pinto Coelho no cargo de Vice-Presidente, agradece a escolha de seu nome e designa como relatora a Deputada Elbe Brandão. Passa-se, então, à programação dos trabalhos da Comissão e, com a concordância de todos os membros, fica decidido que ela se reunirá ordinariamente todas as terças-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 29 do corrente, quinta-feira, com a finalidade de ouvir os técnicos Eliane Pampolini e Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral que discorrerão sobre o tema objeto da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1995.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Miguel Martini - Álvaro Antônio - Elbe Brandão.

ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 4/7/95**

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Relatório Final da Comissão Especial para Proceder a Estudos Que Permitam a Avaliação da Real Extensão do Problema da Violência Perpetrada contra a Mulher em Todo o Estado de Minas Gerais. O relatório conclui, entre outras medidas, pela realização de fórum nacional sobre a violência contra a mulher, a se realizar ainda este ano, bem como pela entrega de cópia desse documento aos Presidentes da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça e ao Governador do Estado.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Benedito, quanto à sua emancipação do Município de Santa Luzia.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Condado do Norte e Olímpio Campos, quanto à sua emancipação do Município de São João da Ponte.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 240/95, do Deputado Jorge Hannas (ex-Projeto de Lei nº 600/91, do Deputado Tarcísio Henriques), que dispõe sobre a veiculação gratuita de extratos de estatutos de entidades sociais no "Diário do Legislativo". Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 329/95, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito para os fins que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 222/95, da Deputada Maria José Haueisen, que torna obrigatória a divulgação de informações sobre o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a construção de estação de piscicultura em represa de usina hidrelétrica a ser implantada no Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 270/95, do Deputado Carlos Pimenta; 271/95, do Deputado Geraldo Rezende; 5/95, do Deputado Marcos Helênio; 252/95, do Deputado Raul Lima Neto; 95/95, do Deputado Marcos Helênio; 40/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 300/95, do Deputado Geraldo Rezende; 293/95, da Deputada Maria José Haueisen; 301/95, do Deputado Sebastião Costa; 311/95, do Deputado Glycon Terra Pinto.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4/95, do Deputado Marcos Helênio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 220/95, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 204/95, do Deputado Antônio Júlio; 187/95, do Deputado Marcelo Cecé; 176/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 242/95, da Deputada Elbe Brandão; 228/95, do Deputado Jairo Ataíde; 232/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Requerimento nº 506/95, do Deputado Simão Pedro Toledo.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO PROJETO JAÍBA, NO MUNICÍPIO DE JAÍBA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 4/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir representante da RURALMINAS que irá prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 250/95 e o Sr. Geraldo Resende, Superintendente do INCRA, que irá falar sobre as terras dos posseiros no Projeto Jaíba.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 4/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Eleição do Presidente da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O MERCOSUL E SEU IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL EM MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 185/95, do Deputado Carlos Murta, e 231/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/7/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 329/95, do Governador do Estado; 261/95, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 249/95, do Deputado Álvaro Antônio; 254/95, do Deputado Gilmar Machado.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 4/7/95, destinada a discussão e votação de pareceres e a votação de requerimentos; à apreciação dos Projetos de Lei nºs 2/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a construção de estação de piscicultura em represa de usina hidrelétrica a ser implantada no Estado, 11/95, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos nos quadros das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado e

dá outras providências, 42/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que institui o Cadastro do Beneficiários dos Programas Estaduais de Habitação Popular, 222/95, da Deputada Maria José Haueisen, que torna obrigatória a divulgação de informações sobre o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores terrestres, e 329/95, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito para os fins que menciona; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de julho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa
do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Antônio Andrade, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 4/7/95, às 9h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de ouvir o Sr. Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA-MG, acerca do aumento de 37% incidente sobre as tarifas de água, e apreciar os Pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 6/95, do Deputado Marcos Helênio, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências; 43/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a gratuidade do registro de casamento para os reconhecidamente pobres; e 63/95, do Deputado Ibrahim Jacob, que fixa o período de cobrança de contas mensais pelas entidades prestadoras de serviço público no âmbito estadual.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1995.

Marcos Helênio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer e de
Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Irani Barbosa, Anderson Aduato, João Leite, Gilmar Machado e José Bonifácio, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 4/7/95, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 260/95, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências.

Sala das Comissões, 3 de julho de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Helvécio, Elbe Brandão, José Maria Barros e Paulo Schettino, membros da supracitada Comissão, para a 3ª Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 4/7/95, às 14 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de se eleger o Presidente e de se apreciarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 3 de julho de 1995.

Bonifácio Mourão, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização
Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; e Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 4/7/95, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 1º turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 323/94, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Dr. Adair Ribeiro para
Integrar, na Condição de Membro, o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Roberto, Antônio Genaro, Paulo Piau e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 4, às 15h30min, no Plenarinho III, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator, argüir o Dr. Adair Ribeiro e, se possível, apreciar o parecer.

Sala das Comissões, 3 de julho de 1995.

Aílton Vilela, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 15h45min do dia 4/7/95, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar emenda apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 329/95, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito para os fins que menciona e dá outras providências.

Sala das Comissões, 3 de julho de 1995.

Ajalmar Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 12.635

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Barbosa, Bonifácio Mourão, Gil Pereira e Dinis Pinheiro, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 5, às 15h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Bonifácio Mourão.

Sala das Comissões, 3 de julho de 1995.

Arnaldo Penna, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 4/7/95, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 329/95, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito para os fins que menciona e dá outras providências.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 21/6/95

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, salvo engano, no dia 18 de maio, estive nesta tribuna para cobrar ações da Secretaria da Fazenda e do Governo no sentido de rever a alíquota de ICMS cobrado no Estado de Minas Gerais sobre o óleo diesel; cobramos 18%, enquanto São Paulo e Goiás cobram 12%. Cerca de dez dias depois, estive com o Sr. Governador e, nessa ocasião, solicitei a ele que procedesse a um estudo da questão, a fim de que Minas Gerais pudesse estipular a alíquota do ICMS cobrado sobre a venda do óleo diesel em 12%, assim como já acontece em São Paulo e em Goiás.

Essa luta teve início em 1994, quando, em 22 de abril, desta tribuna, fiz um requerimento solicitando ao Governo que reestudasse essas alíquotas. Minas estava sofrendo um prejuízo muito grande em razão dessa anomalia da alíquota do ICMS do óleo diesel. Os caminhoneiros abasteciam em São Paulo, viajavam por Minas Gerais e reabasteciam em Goiás ou em outro Estado onde a alíquota é menor.

Ontem, em audiência com o Sr. Governador, voltei a tocar nessa questão, porque recebi dezenas de reclamações do Triângulo mineiro, onde os postos distribuidores de óleo diesel estavam com o movimento muito prejudicado, gerando, inclusive, desemprego de frentistas. Na noite de ontem, depois de mandar realizar um estudo do problema, o Sr. Governador deu sinal positivo durante a solenidade de posse da Diretoria do CEPO. Ele nos disse que a nossa solicitação viria para esta Casa em forma de projeto de lei, para que a Assembléia pudesse aprová-lo.

Quero, neste momento, parabenizar a iniciativa do Governador Eduardo Azeredo, dizendo que é dessa forma que se governa; é ouvindo os anseios da população, é atendendo o Estado naquilo que é primordial para uma boa convivência social. É vislumbrando o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais que poderemos desenvolver nesta Casa o nosso trabalho parlamentar. O Governo mineiro, com a sua dedicação e com

o exercício da democracia - que, sem sombra de dúvida, o nosso Governador Eduardo Azeredo já demonstrou que exercita - poderá levar o nosso Estado ao grau de desenvolvimento que ele tanto necessita.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero, desta tribuna, não só dizer ao Governador de Minas Gerais que, particularmente, apoiarei essa iniciativa, votando favoravelmente ao projeto, mas também aproveitar a oportunidade para dizer aos companheiros Deputados desta Casa que esse projeto é de muita importância para Minas Gerais porque, além de aumentar a arrecadação do ICMS sobre o óleo diesel vendido nos postos distribuidores de Minas Gerais - que não estavam arrecadando nada e agora, a partir da aprovação do projeto de lei, poderão arrecadar 12% - trará enormes benefícios para a agricultura, porque vai baratear o óleo diesel utilizado nesse setor.

Também o transporte coletivo utilizado pelos trabalhadores será beneficiado, porque vai evitar que ocorra, de imediato, um aumento das passagens dos ônibus urbanos. Os ônibus interurbanos também serão beneficiados. Portanto, aqueles que viajam por todo o Estado também serão beneficiados por essa lei, que vai baixar a alíquota do ICMS para o óleo diesel de 18% para 12% no Estado de Minas Gerais.

Então, é com entusiasmo que vislumbramos que o Governador Eduardo Azeredo pegou as rédeas do seu Estado e quer colocá-lo num lugar de desenvolvimento, de progresso e de modernidade. Portanto, quero parabenizar o Governo e pedir aos nobres pares desta Casa que, assim que o projeto chegar à Assembléia, seja analisado e votado imediatamente, para que possa haver esse avanço na área da economia mineira.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a questão das emancipações. Todos conhecem nosso comportamento nesta Casa. Hoje, para minha surpresa, pois pensei que já houvessem parado, vejo que temos uns 12 pedidos de consulta plebiscitária a populações de distritos que pretendem se emancipar. Meu posicionamento tem sido sempre contrário às emancipações, porque acho que este não é um momento brasileiro propício para se promover emancipações, criar despesas e, enfim, mexer com a vida política da população. Mas os pedidos para as emancipações continuam. Hoje, vejo cerca de 13 distritos solicitando consulta plebiscitária, e a discussão e a votação desses requerimentos para a pesquisa plebiscitária fazem parte da nossa reunião. Quero reafirmar, aqui, que o Deputado Geraldo Rezende é contra as emancipações neste momento. Poderíamos estudá-las daqui a cinco ou seis anos, quem sabe, se a economia brasileira entrar nos eixos, e emancipar mais alguns distritos, não todos, e parece que são cerca de 180 distritos interessados na emancipação. Atender somente a uns 20, 30 ou 40 fica complicado, mas a maioria da Casa é que decide. Apenas estou falando, aqui da tribuna, sobre a minha posição individual: o Deputado Geraldo Rezende continua contrário à questão das emancipações de distritos neste momento brasileiro. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos das galerias, imprensa, estamos aqui, hoje, para tratar de um assunto que, infelizmente, no nosso entender, envergonha o Estado de Minas Gerais. A revista "Isto é" desta semana traz uma longa reportagem com o título "História Sem Fim", mostrando a situação do trabalho escravo no Norte de Minas.

Sabemos que, na legislatura passada, foi feito um esforço muito grande por parte desta Casa em torno desse assunto, tendo sido, inclusive, tema de uma CPI, quando um dos nossos colegas de partido, o ex-Deputado Roberto Carvalho, com muito esmero e dedicação, conseguiu, ao lado de outros Deputados que permanecem nesta legislatura, fazer um trabalho de apuração e levantamento de dados. Aqui estou com o relatório final da CPI, cujas conclusões não deixam dúvidas no que se refere à gravidade da situação.

Estamos, neste momento, solicitando o apoio do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados para resgatarmos todo o trabalho, tão bem executado e elaborado, apresentado pela CPI da legislatura passada, que, infelizmente, não foi apreciado pelo Plenário desta Casa.

Estamos propondo a constituição de uma nova CPI para resgatar essa discussão, trabalhar essa problemática, encaminhando as soluções possíveis, grande parte delas circunscritas no nível da legislação estadual. Nosso Governador necessita tomar conhecimento de tudo isso, uma vez que na reportagem da revista "Isto é" manifesta seu desconhecimento da gravidade da situação, dizendo, inclusive, que os dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra poderiam ser exagerados.

As entidades que vêm acompanhando o movimento dos trabalhadores rurais do Estado de Minas Gerais, principalmente a Comissão Pastoral da Terra e a FETAEMG, ao lado dos sindicatos, elogiaram o trabalho realizado pela CPI, infelizmente inconcluso. Espero que tenhamos a oportunidade de resgatar esses trabalhos, dando uma resposta à sociedade mineira. Essas entidades reconheceram que o trabalho realizado pela CPI retrata a real situação do Estado.

Nossa proposição é no sentido da retomada do relatório, fazendo, caso necessário, uma nova avaliação e novas investigações para que dados como esses, quando nos aproximamos do terceiro milênio, não sejam admissíveis. É totalmente incompreensível

que nas carvoarias do Norte de Minas exista um índice alarmante de situações que, tranqüilamente, podem ser caracterizadas como trabalho escravo. Esta Casa não pode se omitir. Já entramos em contato com o Deputado Péricles Ferreira, que foi o Presidente da CPI e finalizou o seu trabalho com um relatório, publicado em 29/12/94. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos perder a oportunidade de resgatar um trabalho tão importante, tão bem elaborado.

Gostaria de ler alguns trechos da conclusão do relatório para que os senhores possam perceber a gravidade da situação: "A CPI instaurada para apurar denúncias de trabalho escravo na região Norte de Minas conclui que: as condições de vida, trabalho e moradia oferecidas pelos empreiteiros à grande parte dos carvoeiros desrespeitam a legislação e ferem a dignidade humana; a situação é de calamidade e envolve os trabalhadores e suas famílias, que trabalham sem registro, sem nenhuma garantia ou direito constitucional respeitado; o aliciamento da mão-de-obra, de maneira irregular, e a manutenção de trabalhadores em condições degradantes, presos por dívidas de trabalho, geram conflitos e perturbação sociais; a retenção do salário para pagamento de mantimentos caracteriza o regime escravo, fere a legislação e submete os trabalhadores a uma situação indigna e desumana; a terceirização desponta como fator relevante para a manutenção dessa realidade; a fiscalização, já precária, com a terceirização fica praticamente inócua. As empresas que contratam diretamente ou fiscalizam mostram que é possível manter condições dignas de trabalho e moradia para seus empregados. Isso foi constatado no local, na empresa Gerdau, quando da visita realizada por esta Comissão." Enumero um elenco de sugestões, que certamente serão reapresentadas na CPI que estamos propondo neste momento. Acreditamos na sensibilidade de nossos colegas. Vamos partir para a coleta de assinaturas e confiamos que os nobres colegas Deputados permitirão que esse trabalho seja resgatado. E mais ainda, todas as condições apontadas no relatório final da CPI, que, infelizmente, não foi apreciado por esta Casa, pioraram desde a época. Hoje as condições das carvoarias do Norte de Minas são extremamente piores, mais desumanas, mais degradantes e ferindo extremamente os direitos e a dignidade humana. Esta Casa não pode se calar diante dessa situação.

Sr. Presidente, agradecemos a todos os Deputados e confiamos no apoio de todos para que possamos resgatar esse trabalho, propondo soluções e comunicando ao Governador o trabalho aprovado por esta Casa, para que tome conhecimento dessa grave situação e implemente as medidas que porventura estejam sugeridas no relatório e outras que achar necessárias.

- * Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias. Voltamos a esta tribuna, nesta tarde, para adiantar dois assuntos que entendemos serem importantes, hoje, na conjuntura nacional.

Em primeiro lugar, hoje, pela manhã, tivemos oportunidade de realizar mais um ciclo de debates nesta Casa, sobre a situação de estabilidade econômica e a política de juros. Acho que foi um debate extremamente importante, já que não podemos ficar omissos diante de tal situação, quando nosso Estado e nosso País estão em jogo. Tenho certeza de que a Casa promoverá outros debates, inclusive com referência à desindexação da economia. A Casa deve participar desses processos.

Além disso, não podemos ficar indiferentes a assuntos como o caso do gás de cozinha. Durante a greve dos petroleiros, as distribuidoras montaram um esquema para sonegar o gás. Espero que a justiça haja com a mesma rapidez com que penalizou o Sindicato dos petroleiros relativamente às empresas distribuidoras de gás, que esconderam os botijões para tentar jogar a opinião pública contra os petroleiros. Agora, com o ganho do reajuste, o gás voltou a circular normalmente. Esse reajuste variou de 28 a 32%. Entendemos que foi uma chantagem realizada por essas distribuidoras.

Apoiamos, integralmente, a ação da Federação Única dos Petroleiros, bem como de alguns Deputados, que já entraram com uma ação na justiça pedindo a punição dessas pessoas. Naquela época, os petroleiros já diziam que havia gás e que não estava sendo feita a distribuição. Isso está comprovado agora, mas, como eles estavam em greve, ninguém acreditava. Esperamos, sinceramente, que a justiça aja com o mesmo rigor com que tratou o Sindicato dos Petroleiros. Entendemos que é preciso empreender uma discussão muito séria sobre a tramitação das leis. Queremos que haja justiça e que ela seja plena. Não pode haver tratamentos diferenciados, como presenciamos nessa questão. Nossa Constituição é clara quando garante o direito de greve. O sindicato representa a categoria. Nesse processo de desindexação, se continuarmos com leis como essas, os trabalhadores não terão proteção, pois os sindicatos não vão poder lutar, porque serão penalizados, se a Justiça assim entender.

A segunda questão que gostaríamos de discutir é a situação do funcionalismo do Estado de Minas Gerais. O Deputado Irani Barbosa convocará reunião da Comissão de Educação para a qual será chamada a Secretária Ana Luíza, a fim de dar explicações a esta Casa a respeito de uma carta publicada por ela nos jornais oficiais do Estado, em que mostra uma média salarial sem sustentação nos dados da Secretaria de

Administração. O Secretário de Administração, Cláudio Mourão, entregou documentos à Comissão os quais mostram que, nas contas publicadas pela Secretária Ana Luíza, ela ignorou a existência de mais de 33.813 professores, que são os regentes de ensino. O Secretário de Administração não tem noção de como é a nomenclatura referente a todos os servidores do Estado. Mas não é admissível que uma Secretária, que foi Secretária Adjunta da Educação no Governo passado e que hoje é titular da pasta, não saiba que regente de ensino é professor. Isso é um absurdo. Estamos preparando um recurso e vamos entrar com um processo contra a Secretaria, porque é inadmissível que desconsiderem esse fato. Assim, alteraram a média salarial, passando-a para R\$346,00. Isso porque, se incluirmos os regentes, que são os professores que atuam da 1ª à 8ª série do 1º grau, essa média cai, mudando, significativamente, a média que está sendo mostrada na televisão. Com isso, o povo de Minas está pagando uma propaganda enganosa, que não tem nenhuma sustentação.

Já falei com o Deputado Péricles Ferreira, Líder da Maioria, bem como com o Deputado Romeu Queiroz e com os Secretários que nós, da Comissão de Educação, convocaremos a Secretária. Queremos um debate sério, franco e aberto, mas queremos números, dados. Não aceitamos que o Governo falseie os números, modifique a tabela e minta para o povo de Minas, para jogar a população contra os professores do Estado, que já vivem uma situação difícil. Queremos seriedade, transparência. Esse tem sido o discurso de todos os Secretários do Governo Azeredo. Os servidores de todo o Estado estarão saindo às ruas para mostrar, por meio de seus contracheques, qual é a realidade.

Ontem ocorreu uma grande manifestação na cidade de Uberlândia, em que os trabalhadores puderam mostrar à população quais são os números reais do salário que estão recebendo. Queremos empreender um debate sério com o Governo sobre a situação do funcionalismo. Não é possível que os funcionários públicos sejam desestimulados, no momento em que os trabalhadores da iniciativa privada são demitidos, principalmente nos setores de calçados, confecções e beneficiamento de arroz. Entendemos que essas pessoas terão problemas.

Hoje, também estamos criando um problema quanto aos funcionários públicos, querendo responsabilizá-los, taxando-os de incompetentes, porque produzem pouco e trazem mais males do que benefícios ao Estado. No meu entendimento, se o Estado ainda está conseguindo dar algum atendimento à população é graças ao esforço do funcionalismo público, que está trabalhando e lutando, mesmo recebendo um salário pequeno.

Atualmente, também estamos tendo problemas na Casa, onde seus servidores, que sempre tiveram uma média salarial, em relação aos demais trabalhadores, razoável, já estão atravessando dificuldades. Os servidores do Poder Legislativo estão enfrentando um problema salarial grave. Nós, enquanto parlamentares, precisamos ter a responsabilidade de discutir a situação do Poder Legislativo. Esses servidores, com muita competência e seriedade, ajudam-nos a fazer desta Assembléia uma instituição reconhecida pela população como séria e competente. A nossa Assembléia realmente cumpre com a sua obrigação. É necessário realizarmos esse debate, e para ele queremos convidar os membros e os Líderes do Governo. Precisamos valorizar e reconhecer o funcionalismo público, porque ele é importante para o funcionamento da máquina pública de nossa sociedade. Não podemos entrar na onda de que tudo que é público não presta. Não concordamos com esse discurso; queremos outro discurso, queremos travar o debate.

Sr. Presidente, não podemos concordar com o que disse a Exma. Sra. Secretária de Educação, mostrando papéis, modificando números e fazendo propaganda com o dinheiro público, para jogar a população contra os professores. Não podemos admitir essa atitude, porque se trata de uma propaganda falsa. Entraremos com uma ação na justiça, para que os professores vejam o Governo e a Secretária de Educação reconhecerem o erro que cometeram contra eles. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila; Sr. Secretário, Deputado Ibrahim Jacob; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa e visitantes, queremos, inicialmente, apoiar o discurso do Deputado Geraldo Rezende, em que S. Exa. tece comentários precisos a respeito da nova mentalidade do Governo do Estado, quanto a encarar de frente a questão da evasão de rendas em nosso Estado, causada por uma ação tributária voraz que realmente tem ocorrido em Minas Gerais nos últimos anos. Já dissemos, por várias vezes, e seria até desnecessário repetir, que o nosso Estado tem perdido indústrias, empregos e muita renda para os Estados vizinhos. Esta semana, o Governo enviará à Casa um projeto de lei que nos dará a oportunidade ímpar de debater o assunto e aperfeiçoá-lo. Vamos procurar fazer com que Minas Gerais se torne mais competitiva em relação aos outros Estados.

Sr. Presidente, quero ainda lembrar que esta noite estaremos reunidos, nós Deputados do Norte de Minas, para um debate claro e aberto, sem nenhuma linha ideológico-partidária, a respeito das ações do Governo naquela região de nosso Estado. A importância dessa reunião pode ser medida por fatos como este: no último dia 15, o DER-MG determinou a paralisação de obras verdadeiramente importantes para aquela

região, obras cruciais para o seu desenvolvimento.

Vamos analisar todas as atitudes do Governo e procuraremos um consenso, uma forma de realmente mostrarmos a ele a nossa responsabilidade e a nossa representatividade. Entendemos que o Governo do Estado tem acertado, é um Governo sério, que tem procurado estar presente em todas as regiões de Minas Gerais, que não tem medido esforços no sentido de se deslocar para o interior de Minas e, com isso, tem garantido um apoio fundamental do povo do Estado.

Acreditamos no Governador Eduardo Azeredo, nos seus propósitos e nas suas ações políticas e administrativas. Acreditamos que Minas Gerais, com Eduardo Azeredo, alcançará o espaço de que precisa e merece e no qual deveria estar há muito tempo no cenário nacional.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para a saúde pública no Estado. Acompanhamos, recentemente, o Secretário da Saúde, Dr. José Rafael Guerra, em sua visita a alguns municípios do interior. Consideramos o Sr. Secretário um homem que tem se preocupado em demasia com a situação da saúde pública do nosso Estado. Entretanto, ele se encontra impossibilitado de exercer plenamente todas as suas ações políticas e administrativas, isto é, executar plenamente o seu plano de governo à frente dessa importante secretaria, tal é a situação do seu orçamento. Minas Gerais recebe do SUS pouco mais de R\$60.000.000,00 por mês, e esse dinheiro dá exatamente para pagar aos hospitais e aos profissionais que atuam na área de saúde, sobrando praticamente nada para o investimento no setor de saúde.

Recentemente, tivemos duas notícias: a primeira, de que o Governo do Estado está acudindo a Santa Casa de Belo Horizonte, repassando recursos da ordem de R\$6.000.000,00, na proporção de R\$500.000,00 por mês. Aplaudimos essa atitude do Governo, mas gostaríamos de lembrar que na mesma situação em que se encontra a Santa Casa de Belo Horizonte encontram-se mais de 2 mil hospitais no Estado de Minas, absolutamente inadimplentes, absolutamente sem condições de proporcionar ao nosso povo uma medicina de alto nível. Basta dizer que os últimos reajustes da tabela do Governo Federal ocorreram em julho de 1994. Portanto, a partir dessa data - quase um ano - os hospitais conseguem sobreviver às custas de uma tabela altamente defasada.

Agora, para completar o estado de caos e de calamidade, o Ministro da Saúde diminuiu em 27% o número de Autorizações de Internamento Hospitalar - AIHs. O Município de Montes Claros contava com 4.800 AIHs por mês, e esse número foi reduzido para 3.370 AIHs. Isso está acontecendo em todo o Estado de Minas Gerais, pois é o plano de ação do Governo Federal. Entretanto, o mais importante é que o Governo encontre uma forma de financiar o setor de saúde pública do nosso País, pois todo mês é um desespero total, todo mês é aquela correria para que o Ministro da Saúde consiga o dinheiro para pagar os hospitais, para pagar aos médicos e para custear os medicamentos. Infelizmente, o que estamos observando é uma política desordenada do Governo Federal no setor da saúde pública, e isso tem se refletido nos Estados, principalmente no Estado de Minas Gerais.

A Comissão de Saúde - representada por mim, Deputado Carlos Pimenta, e pelos Deputados Marco Régis, Luiz Antônio Zanto, Jorge Hannas e Jorge Eduardo de Oliveira - irá promover um amplo debate sobre a situação da saúde pública de Minas Gerais. Vamos convidar pessoas ligadas ao Governo Federal e ao Presidente da Comissão de Securidade Social da Câmara Federal e também representantes do Ministro para que possamos ter acesso à programação de saúde, porque nós, Deputados médicos desta Casa, quando chegamos às nossas bases, somos cobrados a respeito da saúde e não temos argumentos nem esclarecimentos a prestar ao povo mineiro. Basta que possamos analisar o que acontece, principalmente nas cidades pequenas. A maioria dos distritos que vão se emancipar não conta sequer com atendimento básico no setor de saúde. Geralmente, o prefeito compra uma ambulância nova e transfere o problema para as cidades vizinhas. Temos uma grande responsabilidade, temos que analisar a saúde à luz das emancipações que esta Casa vai fazer. Não basta emancipar, temos que dar condições para que esses distritos possam sobreviver.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo esse apelo aos Deputados para que compareçam e cobrem do Secretário de Saúde, que é um homem aberto ao diálogo, soluções para o Estado de Minas Gerais. A saúde pública de Minas Gerais está uma calamidade. O que aconteceu na Santa Casa acontece em todos os hospitais de Minas Gerais. Não podemos nos furtar a esse momento cívico. A Assembléia precisa integrar-se na questão da saúde pública e assumir a sua parceria junto ao Governo Estadual.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara Municipal de Manhumirim, Leste de Minas, deu um exemplo de postura ética, acolhendo uma denúncia suprapartidária, protocolada na Câmara por Vânia Lúcia Silva, filiada ao PTB, Israel Januário da Silva, Presidente do PT, Antônio Azevedo Mendes, Presidente do PMDB, José Paulo Gama, Presidente do PDT e Eduardo José Pinto Miranda, filiado ao PTB. Esses cinco partidos, três, através de seus presidentes e dois, através de filiados, membros de diretórios, protocolaram uma denúncia contra o Prefeito local, Sr. Antônio

Cesário Franco, o Nico Franco. A denúncia desses cidadãos de Manhumirim foi feita contra o Prefeito por ele ter omitido irregularidades na sua segunda gestão frente à Prefeitura. Entre essas irregularidades constam: distribuição de lotes e imóveis públicos sem leilão, a protegidos políticos eram lotes valorizados para comércio, em área central do município e superfaturamento de refeições. Para se ter uma idéia, no ano passado, no mês de novembro, o Prefeito pagou de refeições o equivalente a 30 refeições para cada cidadão do município. Além disso, houve pagamento de horas extras e valores a mais para determinados funcionários, principalmente para os que ocupavam cargos de confiança vinculados ao Prefeito e ao PFL local.

Essa denúncia foi acatada por unanimidade, pela Câmara Municipal, inclusive por seu Presidente, o Vereador do PFL, partido do Prefeito, que desempatou favoravelmente pela formação dada comissão processante.

A comissão processante foi formada, tendo como relator o Vereador João Sanches Ferreira, do PT, que imediatamente determinou, depois de publicada a matéria no "Minas Gerais", a suspensão do mandato do Prefeito por 90 dias, conforme estabelece o rito processual da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno dessa Casa.

O Prefeito, inicialmente, durante alguns dias, fugiu do município, não podendo ser citado em virtude de seu afastamento. No último dia 10, tivemos lá um ato público com mais de mil pessoas, com a participação conjunta de cinco partidos envolvidos na cassação do Prefeito, e contando também com a presença do Deputado Federal Genésio Bernardino, do PMDB.

Esse ato público foi um despertar na cidade, mostrando a toda a população que o envolvimento do Prefeito era sério. Na segunda-feira seguinte, o Prefeito foi afastado e seu vice, Sr. Áureo Darli Henriger, assumiu a Prefeitura.

Pasmem os Srs. Deputados com o fato de que, após o Sr. Áureo ter assumido a Prefeitura e ter colocado em aberto toda a documentação para ser feito levantamento de dados e ser tomada alguma providência, as descobertas estão sendo estarrecedoras. Além de pagamentos indevidos, foram encontradas notas fiscais fantasmas, notas fiscais frias, provando que realmente tinha-se instalado na Prefeitura uma verdadeira corja de ladrões e mafiosos, com muito pouco zelo para com o dinheiro público.

Queremos apoiar a Câmara Municipal de Manhumirim, na certeza que a partir desse ato em favor da ética na política, o município terá uma nova direção e orientação política. Que seja, portanto, elogiado e apoiado.

Queremos registrar, também, que o Prefeito recorreu da decisão da Câmara com pedido de liminar à justiça local, tendo lhe sido negada essa concessão, dadas as exigências e provas cabais que estão inseridas no processo.

Após o término do trabalho da comissão processante, vamos trazer o seu resultado, porque julgamos necessária essa varredura no nosso País, onde a política tem que resgatar princípios éticos, tem de ser voltada para a vida, para a justiça, e não para manter privilégios pessoais ou de poucos. Parabenzamos a Câmara Municipal de Manhumirim por essa união suprapartidária, em que cinco partidos da cidade resgataram a credibilidade e a dignidade do poder público. A todos eles a certeza de que esse ato terá repercussão total e o povo passará a acreditar mais nos políticos eleitos por eles. Muito obrigado.

O Deputado Glycon Terra Pinto - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito tempo, a região do vale do Jequitinhonha sofre as agruras de uma inclemente estiagem, fato que tem se agravado desde a década de setenta. Em 1995, mais do que nunca, sua população padece os efeitos terríveis do fenômeno, que vem se acentuando nos últimos três anos. Pequenos rios e córregos secaram de vez. As escolas suspenderam as atividades, pois sem água não há condições mínimas de higiene. Sem merenda escolar, numerosas crianças do vale passam fome, literalmente.

Mais de 60% do gado morreu, e as perdas agrícolas são verdadeiramente catastróficas. Cerca de 40% da lavoura de café está destruída, e os levantamentos revelam que praticamente toda a lavoura de milho e feijão foi arruinada.

Nessas condições, os pequenos agricultores não conseguem se agüentar. Desamparados pelos poderes públicos, tendo perdido suas colheitas e, muitas vezes, sem meios para saldar suas dívidas, preferem deixar as terras e procurar nova oportunidade de vida em outros lugares. Em vão pediram insistentemente aos órgãos governamentais máquinas e equipamentos para a abertura de poços, construção de pequenos açudes e providências semelhantes. Não foram atendidos. Entregues à própria sorte e desesperados, muitos colonos, assentados pelos programas de Ministério da Reforma Agrária ou pela RURALMINAS, acabam deixando para trás um sonho acalentado a vida inteira - possuir terra própria -, sonho que agora se transformou em pesadelo. E com razão, pois não tiveram dos órgãos competentes o amparo necessário para consolidar o domínio de suas glebas e fazê-las produzir.

Dessa maneira, mais uma vez o fantasma do êxodo rural assombra nosso homem do campo e ameaça toda a sociedade com as seqüelas decorrentes do inchaço dos centros urbanos.

Sob o sol ardente de 40 graus, mulheres, crianças e idosos unem-se em oração, suplicando aos céus que mandem chuvas para aliviar seus sofrimentos.

Os Municípios de Pedra Azul e Medina, particularmente, locais onde obtivemos significativa votação nas últimas eleições e onde temos inumeráveis amigos, sofreram duramente as conseqüências da prolongada estiagem.

Em Pedra Azul, o riacho São Francisco, que fornece água para o abastecimento da cidade, simplesmente secou. Só um poço, localizado a 50km de distância, tem condições, presentemente, de atender às necessidades da população. Foi decretado o estado de emergência.

Em Medina, a situação não é melhor. A cidade só se mantém abastecida de água graças ao fornecimento precário de caminhões-pipa, oriundos de Itaobim. A estação rodoviária, normalmente muito movimentada, pois acolhe veículos que transitam para o Norte e o Sul do País, está fechada. Quase todas as escolas suspenderam suas atividades. O posto de saúde, unidade essencial numa região tão carente, não pode atender a mais ninguém. O estado de emergência também vigora.

A situação é dramática e calamitosa.

Até aqui os Governos Estadual e Federal pouco fizeram de concreto para solucionar os problemas angustiantes dessa região. As esperanças que as comunidades do vale do Jequitinhonha, o tristemente denominado "vale da miséria", depositam nos poderes públicos do Estado e da União se esvaem como bolhas de sabão, mas novas esperanças ressurgem neste novo Governo.

Em muitos aspectos a região é mais carente do que o próprio sertão nordestino, considerado o maior bolsão de miséria deste País. O vale é extremamente pobre, com gravíssimos problemas nas áreas de saúde, irrigação, educação, energia, transportes, alimentação, além de ser fonte permanente de retirantes arruinados, que constituem grupos marginais a perambular pelas cidades de maior porte.

Recebemos recentemente um dramático apelo de representantes dos Municípios de Pedra Azul e Medina, solicitando nossa intervenção junto às autoridades governamentais para que voltem seus olhos para o vale do Jequitinhonha, visando a solucionar as dificuldades que afligem essa gente tão desamparada.

Os problemas são complexos e de difícil solução. Quanto a isso não temos dúvida. Os de natureza estrutural requerem a formulação de políticas de médio e longo prazo. Mas os conjunturais exigem resposta imediata. Há que se salvar a população daquela região, e alguma coisa tem de ser feita sem delongas, já e agora.

A curto, médio ou longo prazo, todas as questões do vale do Jequitinhonha podem ser resolvidas. Mas é preciso que haja uma efetiva vontade política de encarar de frente os desafios representados por aquela porção de Minas Gerais.

Fazemos, pois, um apelo ao Exmo. Sr. Governador, Dr. Eduardo Azeredo, para que ele com sua costumeira sensibilidade social, providencie, de imediato, a nomeação de uma comissão especial para estudar, "in loco", a realidade da região e apresentar alternativas para redimir os nossos irmãos de seu sofrimento prolongado.

Como representantes do povo e como cristãos, não podemos ficar inertes diante de tão angustiante quadro. Vamos nos unir para que tenhamos algo de efetivo a oferecer para solucionar o drama dos mineiros do vale.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

- Lê requerimento em que solicita se oficie ao Diretor-Geral do DNER com vistas à sinalização do Viaduto Del Rei, ou "Viaduto das Almas", na BR-040. A justificação desse requerimento é a que se segue:

"Todos os motoristas que trafegam pela BR-040 conhecem a má-fama do referido trecho da estrada, infelizmente apelidado de "Viaduto das Almas", devido às numerosas vítimas fatais nos lamentáveis acidentes que ali ocorrem.

A ponte estreita e longa sobre o despenhadeiro não comporta o tráfego em mão dupla, principalmente se se levar em conta o volume de carretas e caminhões que passam com regularidade pelo local.

Sugerimos a colocação de sinais, que reduziriam em muito o perigo, prevenindo contra sinistros futuros e protegendo a vida de motoristas e passageiros.

Por isso é que solicito a solidariedade dos Deputados e desta Casa Legislativa a essa urgente providência, que merecerá, com certeza, o aplauso dos mineiros e dos usuários daquela estrada federal."

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, neste último domingo, estivemos no Distrito de Ravena, Município de Sabará, e observamos, nas discussões com lideranças daquele distrito, a necessidade da emancipação, dadas algumas questões peculiares. Em primeiro lugar, a própria natureza e a própria especificidade cultural do município.

Outra questão diz respeito à dificuldade de acesso, por Sabará, a Ravena. Ravena tem mais proximidade de outros municípios da região metropolitana do que da sede do Município de Sabará. Gostaríamos de reiterar nosso apoio a essa emancipação, no sentido de que haja um esforço coletivo.

Justinópolis também justifica sua emancipação por questões bem peculiares. Então, queremos registrar aqui o nosso apoio e o nosso esforço para que essa emancipação seja aprovada e efetivada. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/6/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis n°s 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa n°s 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução n° 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

nomeando José Márlcio Guimarães para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete da Liderança do PMDB.

ERRATAS

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 29/6/95, pág. 44, col. 4, onde se lê:

"exonerando Carlos José Marques", leia-se:

"exonerando, a partir de 1°/7/95, Carlos José Marques da Silva".

Onde se lê:

"exonerando Alberto Tadeu da Costa", leia-se:

"exonerando, a partir de 1°/7/95, Alberto Tadeu da Costa".
